

Ticiana Andréa da Silva
Kátia de Abreu Fonseca

AVALIAÇÕES EXTERNAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

do “Não Lugar Pedagógico” à Prática Possível



Sistema de geração automática de fichas catalográficas

SILVA, Ticiane Andréa da

Avaliações Externas e Educação Inclusiva [recurso eletrônico] : do "Não Lugar Pedagógico" à Prática Possível / Ticiane Andréa da SILVA e Kátia de Abreu Fonseca. — Presidente Prudente, 2026.
58 p. ; PDF ; 21.842kb : il. color., fotos color.

Recurso educacional derivado de dissertação de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Orientado por Kátia de Abreu Fonseca.

1. Educação Inclusiva 2. Avaliações externas 3. SAEB 4. SARESP



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Campus de Presidente Prudente
Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede
Nacional – PROFEI



Orientações para o uso pedagógico do SAEB e SARESP com foco no aluno elegível da
Educação Especial

AVALIAÇÕES EXTERNAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

do “Não Lugar Pedagógico” à Prática Possível

AUTORA

Ticiane Andréa da Silva

ORIENTADORA

Prof^a Dra. Kátia de Abreu Fonseca

ÁREA DE CONHECIMENTO

Educação Inclusiva

Recurso Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional – PROFEI, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Inclusiva.

AS AUTORAS

TICIANA ANDRÉA DA SILVA



É professora da rede pública estadual e município de São José dos Campos, São Paulo, com formação em Pedagogia DM, Educação Especial e Psicopedagogia. Mestre em Educação Inclusiva pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus de Presidente Prudente), sob orientação da Profa. Dra. Kátia de Abreu Fonseca. Sua trajetória profissional é marcada pelo compromisso com a inclusão educacional, atuando diretamente no atendimento a estudantes público da Educação Especial, na formação continuada de professores e na reflexão crítica sobre políticas públicas e práticas avaliativas. A dissertação de mestrado, intitulada “Avaliações em larga escala e equidade: desafios para uma educação inclusiva”, investigou as tensões entre avaliações externas em larga escala (SAEB e SARESP) e os princípios de equidade e inclusão, propondo o conceito de “não lugar pedagógico” como chave interpretativa para compreender a condição paradoxal de estudantes com deficiência: presença institucional sem reconhecimento pedagógico efetivo.

Como produto educacional derivado da pesquisa, Ticiana desenvolveu o e-book “Avaliações Externas e Educação Inclusiva: do “Não Lugar Pedagógico” à Prática Possível”, com o objetivo de instrumentalizar professores e gestores na leitura crítica e contextualizada dos dados avaliativos, promovendo práticas mais inclusivas e equitativas no cotidiano escolar. Sua produção acadêmica e profissional busca articular teoria e prática, contribuindo para a construção de uma educação que reconheça efetivamente a diversidade como valor constitutivo da qualidade educacional e do direito à aprendizagem de todos os estudantes.

KÁTIA DE ABREU FONSECA



Doutora em Educação - Linha Educação Especial, pela UNESP-Marília. Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela UNESP-Bauru. Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela UNESP-Marília. Especialista em Gestão Escolar Integrada pela Faculdade Internacional Signorelli. Especialista em Psicopedagogia pela USC-Bauru. Pedagoga com Habilitação em Deficiência Intelectual pela Unesp-Marília. Docente e Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva em Rede Nacional - Mestrado Profissional (PROFEI). Professora de Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncional no município de Bauru.

CURRÍCULO LATTES DAS AUTORAS:



Ticiane Andréa da Silva

<https://lattes.cnpq.br/9806745638825227>



Kátia de Abreu Fonseca

<http://lattes.cnpq.br/1500397314837210>

APRESENTAÇÃO

Este e-book nasce de uma inquietação: como um sistema que se diz inclusivo pode, ao mesmo tempo, tornar tantos estudantes invisíveis?

As avaliações externas em larga escala (SAEB e SARESP) são instrumentos poderosos de monitoramento e governança educacional. Elas produzem dados, definem metas, influenciam políticas e recursos. Mas, para o público da Educação Especial (PAEE), especialmente aqueles com deficiência intelectual, elas frequentemente configuram o que chamo de “não lugar pedagógico”: o aluno está presente nos números, é contado na média da escola, participa formalmente das provas — mas sua trajetória singular, seus avanços não lineares, suas conquistas adaptativas não são reconhecidas nem valorizadas pelos critérios padronizados.

Este trabalho não pretende rejeitar as avaliações externas, mas ressignificá-las. Parte de uma pesquisa documental e bibliográfica que examinou normativas, matrizes, cartilhas, resoluções e relatos docentes (2019–2026), com ênfase no impacto do Projeto Voar (piloto 2026) e nas tensões entre recomposição por proficiência e equidade substantiva.

MARCOS DA PESQUISA:



Conceito central: “não lugar pedagógico” — inclusão estatística sem reconhecimento pedagógico.



Foco: alunos elegíveis da Educação Especial com deficiência intelectual (ritmos não lineares, necessidades adaptativas).

➤ **Objetivo prático:** devolver ao professor a autoria avaliativa e interpretativa dos resultados.

➤ **Ferramentas:** leitura à luz da API/PAEE, estratégias baseadas no DUA, fluxogramas e check-lists para uso imediato na escola.

Convido você, professor(a), gestor(a), formador(a), a caminhar comigo nesta reflexão. Não se trata de mais um manual técnico, mas de um convite para olhar os números de outra forma — com os olhos da singularidade, da ética e da justiça educativa.

Ticiane Andréa da Silva
Fevereiro de 2026



SUMÁRIO



Este sumário é interativo!

Clique para ser direcionado/a à página desejada. Para retornar ao sumário é só clicar na numeração de cada página, localizada no canto inferior.

Marcos Históricos e de Políticas Públicas de Educação Especial e Inclusiva (Linha do Tempo)	10
Capítulo 1 - Contextualizando as Avaliações Externas	21
Por que entender a lógica dos números importa?.....	21
Linha do Tempo Histórica: do diagnóstico à governança por resultados.....	22
Estrutura atual do SAEB (Edição 2025).....	23
Estrutura atual do SARESP (Edição 2025).....	24
Quadro Comparativo: SAEB X SARESP (2025/2026).....	26
A lógica dos números: TRI, médias agregadas e a invisibilidade dos alunos elegíveis da Educação Especial.....	27
Impacto do Projeto Voar (2026): recomposição por proficiência vs. equidade.....	28

Síntese Visual: o que entra e o que fica fora da média?.....	30
Capítulo 2 - Educação Inclusiva e Avaliações: conflito entre padronização e direito à diferença.....	32
Marco Legal.....	32
Conflito Central.....	33
O “não lugar pedagógico”.....	34
Exclusão Indireta: “convidar a ficar em casa”.....	37
Capítulo 3 - Práxis e Interpretação: leitura dos resultados à luz da API/PAEE e estratégias DUA.....	40
Como ler os resultados sem invisibilizar o aluno elegível da Educação Especial?.....	41
Papel da API e do PAEE como “contra-prova” pedagógica.....	42
Princípios do DUA (Cast, 2018).....	43
Capítulo 4 - Ferramentas para a Escola: fluxogramas, check-lists e adaptações.....	48
Exemplos de Adaptação.....	50
Considerações Finais	57
Referências	58

NOTA EDITORIAL: este Recurso Educacional foi desenvolvido na ferramenta digital Canva, sendo utilizado em sua composição elementos gráficos disponibilizados na ferramenta. Algumas imagens e infográficos apresentados neste material foram elaborados pela autora com auxílio das ferramentas de inteligência artificial ChatGPT (OpenAI) e Gemini 3.1 Pro.

MARCOS HISTÓRICOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA



ESSA LINHA DO TEMPO É INTERATIVA!

Clique nos itens para ser
direcionado(a) à página desejada.

1854

**IMPERIAL INSTITUTO
DOS MENINOS CEGOS**



1857

**INSTITUTO DOS
SURDOS-MUDOS**



1948

**DECLARAÇÃO
UNIVERSAL DOS
DIREITOS HUMANOS**



1961
LEI Nº 4.024 -
DIRETRIZES E BASES DA
EDUCAÇÃO NACIONAL



1954
ASSOCIAÇÃO DOS PAIS
E AMIGOS DOS
EXCEPCIONAIS - APAE



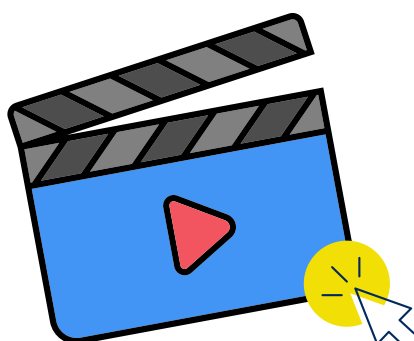
1971
LEI Nº 5.692



1988
CONSTITUIÇÃO FEDERAL



1990
DECLARAÇÃO MUNDIAL
DE EDUCAÇÃO PARA
TODOS
(JOMTIEN/UNESCO)



1990
ECA- ESTATUTO DA
CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE



1990
CRIAÇÃO DO SAEB -
SISTEMA DE AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO BÁSICA
(UNEP/MEC)



● **1994**
**DECLARAÇÃO DE
SALAMANCA**



● **1996**
**LEI Nº 9.394, LDB - LEI
DE DIRETRIZES E BASES
DA EDUCAÇÃO
NACIONAL**



● **1996**
**CRIAÇÃO DO SARESP
(SISTEMA DE
AVALIAÇÃO DE
RENDIMENTO ESCOLAR
DO ESTADO DE SÃO
PAULO)**



1997

**RESOLUÇÃO SE Nº
11/1997 (SÃO PAULO)**



1999

**CONVENÇÃO DE
GUATEMALA**



1999

DECRETO Nº 3.298



2001
RESOLUÇÃO MEC
CNE/CEB 2



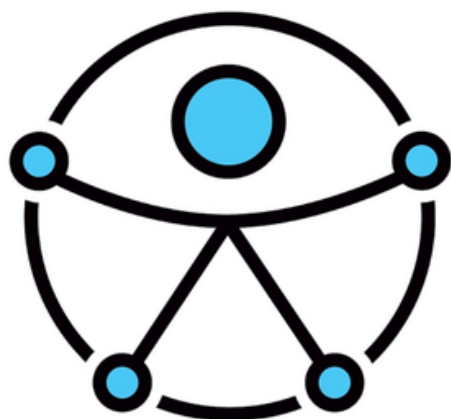
2002
LEI Nº 10.436



2002
PORTARIA MEC Nº
2.678



2004
DECRETO
Nº5.296/2004



2007
IDEB

ideb

2006
CONVENÇÃO SOBRE OS
DIREITOS DAS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA (ONU)

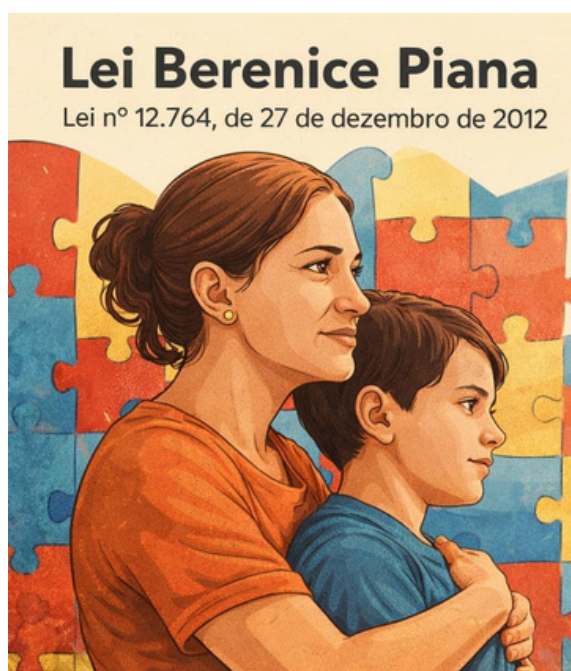


2008
PNEEPI - POLÍTICA
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL
NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA



2012

LEI BERENICE PIANA



2014

**LEI Nº 13.005 - PNE
2014-2024**



2015

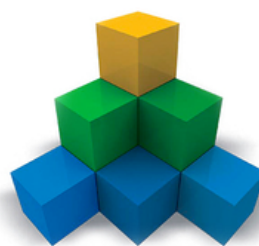
**LEI Nº 13.146/2015 - LEI
BRASILEIRA DE
INCLUSÃO (LBI)**



2017 ●
EXPANSÃO SAEB



● **2017**
**BNCC - BASE NACIONAL
COMUM CURRICULAR**



**BASE
NACIONAL
COMUM
CURRICULAR**

● **2023**
**DECRETO Nº
67.635/2023 (SÃO
PAULO)**



2025
DECRETO Nº
12.686/2025 -
POLÍTICA NACIONAL DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL



2025
CARTILHA SAEB 2025
(INEP/MEC)



2025
DECRETO 12.773/2025 -
ALTERA O DECRETO
12.686/2025



2025
RESOLUÇÃO SEDUC Nº
109/2025 (SÃO PAULO)



2026
**NOVO PLANO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO (PNE)**



2026
PORTARIA Nº 421/2026



CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZANDO AS AVALIAÇÕES EXTERNAS

POR QUE ENTENDER A LÓGICA DOS NÚMEROS IMPORTA



Os números não são neutros. Quando falamos de SAEB e SARESP, não estamos falando apenas de “provas” ou “notas”. Estamos falando de um sistema que decide o que conta como “qualidade educacional”, que distribui recursos, define metas, premia ou penaliza escolas e redes, e — mais importante — molda o que acontece (ou deixa de acontecer) na sala de aula.

Para o professor do cotidiano, esses números frequentemente parecem distantes: “É coisa de gestão, de secretaria, de ranking”. Mas eles chegam perto: influenciam o planejamento anual, o foco dos simulados, a priorização de conteúdos, a pressão por resultados e até a forma como o aluno com deficiência é tratado no dia da prova.

Entender a lógica por trás desses números é essencial porque:

- Eles não captam tudo o que o aluno aprende — especialmente quando o aprendizado não segue uma curva linear.
- Eles produzem inclusão formal (o aluno participa, é contado), mas frequentemente invisibilidade pedagógica (seus avanços não são reconhecidos).
- Eles criam o que chamamos de “não lugar pedagógico”: o aluno está lá nos dados, mas sua trajetória singular desaparece na média.

LINHA DO TEMPO HISTÓRICA: DO DIAGNÓSTICO À GOVERNANÇA POR RESULTADOS

A avaliação em larga escala no Brasil evoluiu ao longo de décadas, ganhando cada vez mais peso político e financeiro.



ESTRUTURA ATUAL DO SAEB (EDIÇÃO 2025)

O SAEB é o principal sistema nacional de avaliação da educação básica, coordenado pelo INEP/MEC.

Características principais (2025):

- **Público avaliado:** 2º ano EF (amostral), 5º e 9º anos EF, 3ª série EM.
- **Áreas avaliadas:** Língua Portuguesa (ênfase em leitura), Matemática (resolução de problemas), áreas experimentais em algumas edições.
- **Metodologia:** Teoria de Resposta ao Item (TRI) – escala 0 a 500 pontos.



- **Níveis de proficiência:** Abaixo do Básico, Básico, Adequado, Avançado.
- **Indicador principal:** IDEB (proficiência + fluxo escolar).
- **Acessibilidade alunos elegíveis da Educação Especial:** tempo adicional (até 50% ou mais), leitor, escriba, Braille, audiodescrição, aplicação “conforme o cotidiano escolar” (Cartilha SAEB 2025).

Clique aqui para acessar o link do
Site Oficial do SAEB - INEP:



ESTRUTURA ATUAL DO SARESP (EDIÇÃO 2025)

O SARESP é o sistema estadual paulista de avaliação de rendimento escolar.

Características principais (2025):

- **Público avaliado:** 2º, 5º, 6º a 9º anos EF e 1ª a 3ª séries EM (censitário na rede estadual).

- **Áreas avaliadas:** Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Língua Inglesa, Itinerários Formativos, Redação (3ª EM).
- **Metodologia:** TRI + alinhamento pleno à BNCC e Currículo Paulista.
- **Indicador principal:** Idesp, IQEM (municipal), devolutivas diretas às escolas.
- **Acessibilidade PAEE:** tempo adicional, leitor, escriba, sala extra, intérprete de Libras, tecnologias assistivas, aplicação “conforme o cotidiano escolar” (Resolução SEDUC nº 109/2025, Art.

Clique aqui para acessar o link do
Site Oficial do SARESP - SEDUC/SP:



QUADRO COMPARATIVO: SAEB × SARESP (2025/2026)

CRITÉRIO	SAEB (NACIONAL)	SARESP (ESTADUAL-SP)
Abrangência	Nacional (censitário/amostral)	Paulista (predominantemente censitário)
Objetivo principal	Monitorar qualidade nacional; IDEB	Monitorar rendimento estadual; gestão
Metodologia	TRI, escalas 0–500, níveis proficiência	TRI + alinhamento BNCC/Currículo Paulista
Acessibilidade alunos elegíveis da Educação Especial	Cartilha SAEB 2025	Resolução SEDUC nº 109/2025
Resultados	Médias agregadas nacionais	Médias da escola/rede
Impacto nos alunos elegíveis da Educação Especial	Invisibilidade nacional (sem desagregação)	Risco maior de segregação indireta (Voar 2026)

A LÓGICA DOS NÚMEROS: TRI, MÉDIAS AGREGADAS E A INVISIBILIDADE DOS ALUNOS ELEGÍVEIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Como a TRI funciona?

A Teoria de Resposta ao Item estima proficiência em escala unidimensional (0 a 500 pontos), considerando dificuldade das questões e poder discriminativo. Assume curva de normalidade e progresso linear — o que não se aplica a trajetórias dos alunos elegíveis da Educação Especial.

O que são médias agregadas?

Todos os alunos participam e entram na média da escola/rede. Não há exclusão por resposta aleatória ou apoio intensivo — o importante é a participação formal.

Por que o aluno elegível da Educação Especial é “contabilizado, mas invisível”?

- Acomodações são operacionais (tempo, leitor), mas não alteram construtos nem régua de proficiência.=
- Avanços adaptativos não são captados.
- Resultados “abaixo do básico” são vistos como fracasso, não progresso relativo.
- Médias agregadas mascaram desigualdades internas.

IMPACTO DO PROJETO VOAR (2026): RECOMPOSIÇÃO POR PROFICIÊNCIA VS. EQUIDADE

O Projeto Voar (piloto em 147 escolas estaduais-SP, Portaria do Subsecretário, 3 de fevereiro de 2026) reorganiza turmas de 6º a 9º ano por níveis de proficiência (Língua Portuguesa e Matemática).

Avanços declarados:

- “Aula certa para o aluno certo”.
- Grupos produtivos temporários.
- Devolutivas formativas.

Limitações para o aluno elegível da Educação Especial:

- Alunos elegíveis da Educação Especial são distribuídos aleatoriamente entre turmas niveladas (Art. 2º, §3º e §4º da Portaria).
- Não há integração explícita da API/PAEE como balizador de proficiência.
- Progresso adaptativo não dialoga com escalas do SARESP/SAEB.

➤ Mantém matrizes homogêneas (TRI) e foco em médias.

Resultado: Inclusão administrativa nas turmas niveladas, mas invisibilidade pedagógica nas métricas sistêmicas.

VOCÊ SABIA?

O Projeto Voar não altera as matrizes do SAEB nem do SARESP. O aluno elegível da Educação Especial continua fazendo a mesma prova padronizada — com os mesmos apoios operacionais. O resultado entra na média da escola normalmente.

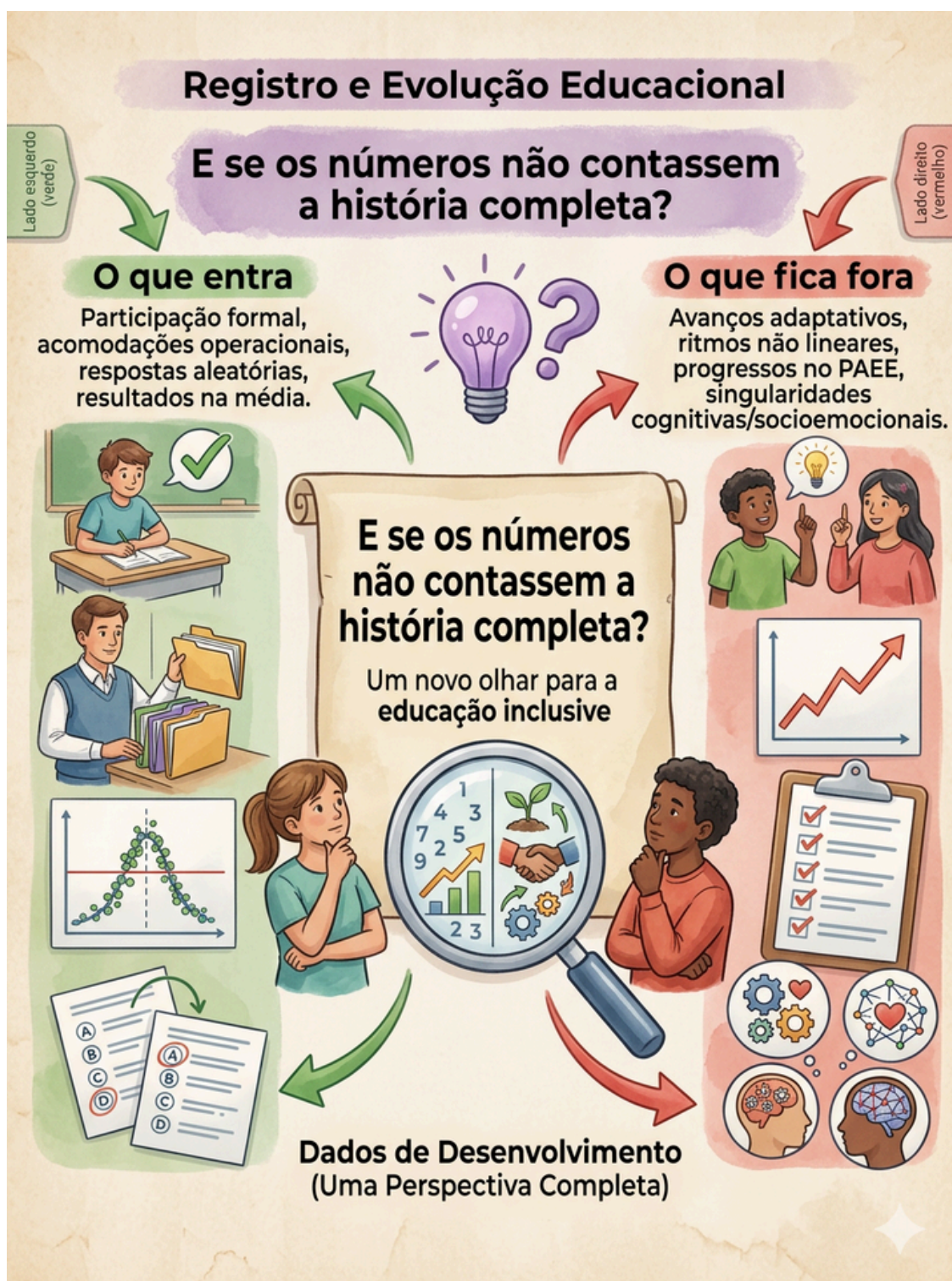


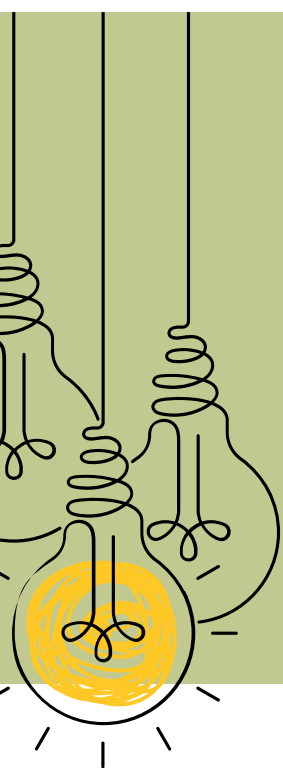
PERGUNTA PARA REFLEXÃO:

Na sua escola, o Projeto Voar está ajudando ou dificultando o reconhecimento dos avanços do aluno elegível da Educação Especial?



SÍNTESE VISUAL: O QUE ENTRA E O QUE FICA FORA DA MÉDIA





SAEB e SARESP são poderosos, mas limitados. Seus números contam uma história parcial — e, para o aluno elegível da Educação Especial muitas vezes silenciam a mais importante: a da diferença que aprende.

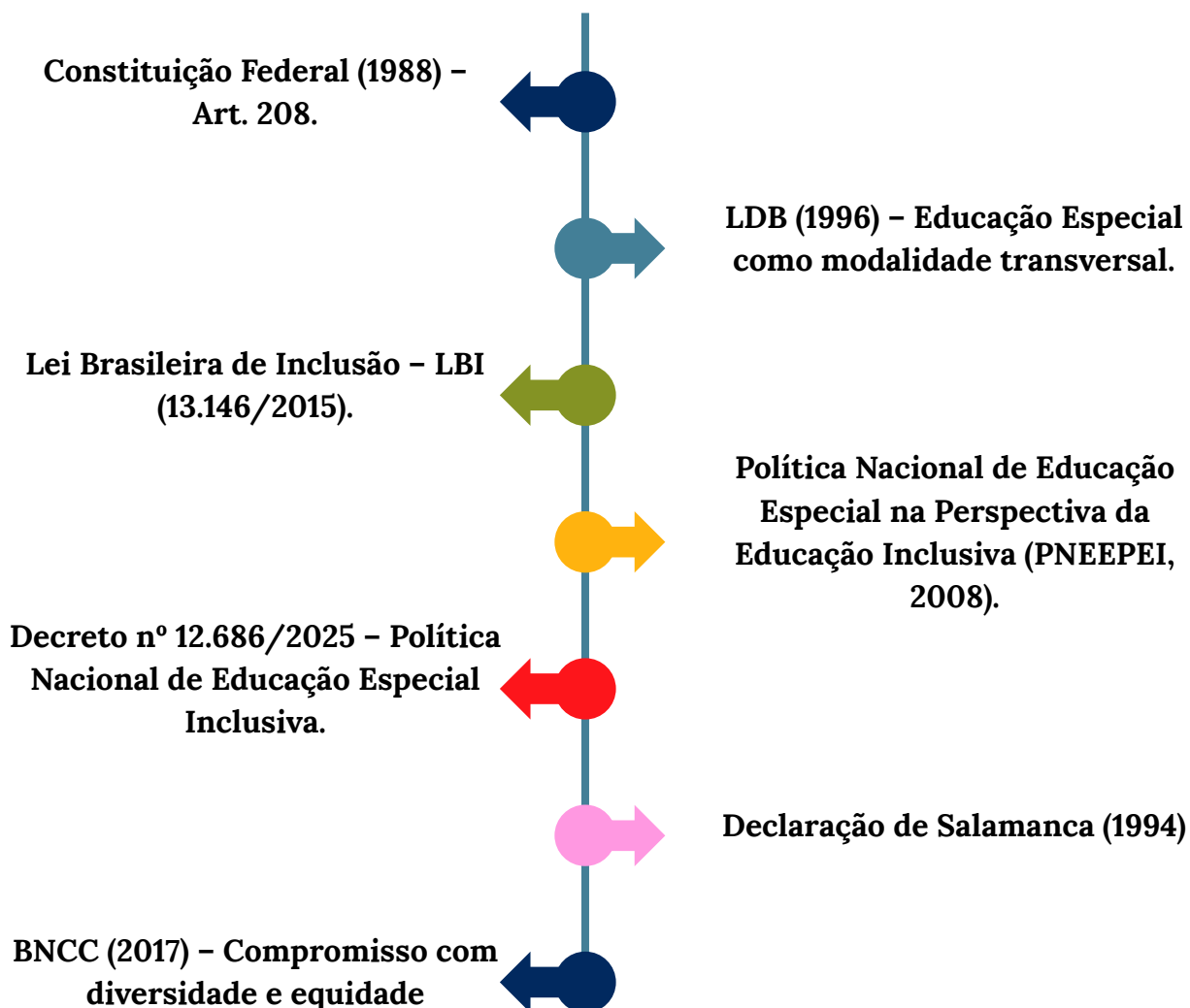
No próximo capítulo, exploramos o conflito entre essa padronização e o direito à diferença, apresentando o conceito de “não lugar pedagógico”.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AVALIAÇÃO: CONFLITO ENTRE PADRONIZAÇÃO E DIREITO À DIFERENÇA

MARCO LEGAL PRINCIPAL

Clique em cada marco legal para acessá-lo em sua íntegra.



Esses marcos legais estabelecem a inclusão como dever do Estado e da escola, mas sua efetivação enfrenta um obstáculo estrutural: a lógica padronizada das avaliações externas.

CONFLITO CENTRAL

O conflito é estrutural. De um lado, as avaliações externas operam sob lógica de padronização.

Teoria de Resposta ao Item (TRI): estima proficiência em escala unidimensional, assumindo curva de normalidade e progresso linear. Médias agregadas: todos os alunos são contabilizados na média da escola/rede, sem desagregação específica do aluno elegível da Educação Especial nem ponderação de trajetórias diferenciadas.

De outro lado, o direito à diferença reconhece que: muitos alunos elegíveis da Educação Especial (especialmente com deficiência intelectual) aprendem em ritmos não lineares. Seus avanços são adaptativos (autonomia funcional, comunicação alternativa, habilidades socioemocionais).

O Design Universal para Aprendizagem (DUA) propõe múltiplos meios de representação, expressão e engajamento para atender à diversidade.

A tensão é clara: o sistema exige uniformidade para produzir comparabilidade e indicadores, mas a inclusão exige reconhecimento da singularidade. O resultado é uma inclusão formal (participação e contabilização), mas frequentemente sem equidade substantiva (reconhecimento pedagógico dos avanços reais).

Resultado: inclusão formal (participação e contagem), mas frequentemente sem equidade substantiva.

O “NÃO LUGAR PEDAGÓGICO”

O conceito de “não lugar pedagógico” surge exatamente desse hiato entre presença institucional e ausência de reconhecimento pedagógico.

Definição

É a condição paradoxal em que o estudante elegíveis da Educação Especial participa formalmente das avaliações externas (está presente no censo, na logística e no dado estatístico), mas permanece invisibilizado nos critérios interpretativos que definem sucesso acadêmico e qualidade educacional. O aluno é um número na média agregada, mas sua trajetória singular não é considerada nem valorizada.

Origem

O conceito é construído nesta pesquisa a partir da articulação entre

- Reflexões sobre justiça meritocrática (Dubet, 2004, 2009): tratar sujeitos desiguais sob métrica de igualdade procedimental sanciona exclusão velada.
- Críticas à performatividade (Ball, 2001): políticas que priorizam indicadores mensuráveis redefinem prioridades institucionais.
- Evidências empíricas e normativas: relatos docentes + normativas que garantem participação, mas não alteram construtos avaliativos (TRI, médias agregadas).

Exemplos concretos

- Aluno com deficiência intelectual faz a prova com leitor e tempo adicional. Responde conforme cotidiano (pode ser aleatório). Resultado entra na média, mas avanço em autonomia não é reconhecido.
- No Projeto Voar (2026), aluno elegível da Educação Especial é incluído em turma nivelada, mas API/PAEE não dialoga com escalas de proficiência.

Evidências: relatos docentes



“O aluno faz a prova com o apoio que tem na sala, mas no final o resultado entra na média da turma como se fosse igual aos outros. Não tem como mostrar que ele aprendeu de forma diferente.”

(Entrevista 7, Escola Municipal X – adaptado de dissertação UFPI, 2025)



“A gente adapta tudo no dia a dia, mas na prova do SAEB é tudo igual. Ele responde o que consegue, mas o número que sai não diz nada sobre o que ele realmente progrediu.”

(Entrevista 3, Escola Municipal Y – adaptado de dissertação UFPI, 2025).

“

“O aluno com deficiência intelectual participa porque é obrigatório, mas a prova não mede o que ele aprende no AEE. O resultado aparece na média da turma, mas não muda nada no planejamento.”

(MENDES; D’AFFONSECA, 2018, p. 930).

“

“O planejamento pedagógico precisa ser uma investigação/ação, mas na prática a gente acaba priorizando o que cai na prova externa, porque a escola cobra resultado. O aluno com deficiência fica de lado, porque não vai subir a média mesmo.”

(SANTIAGO; SANTOS, 2015, p. 495).

“

“A inclusão exige deslocar o olhar da deficiência para as potencialidades, mas a avaliação externa continua olhando só para o que o aluno não consegue fazer.”

(SANTIAGO; SANTOS, 2015, p. 498).





“O planejamento pedagógico precisa ser uma investigação/ação, mas na prática a gente acaba priorizando o que cai na prova externa, porque a escola cobra resultado. O aluno com deficiência fica de lado, porque não vai subir a média mesmo.”

(SANTIAGO; SANTOS, 2015, p. 495).



“Quando a gente tenta trabalhar junto com o professor da sala comum, a avaliação externa atrapalha muito. Ele quer que eu prepare o aluno só para a prova, mas eu sei que ele precisa de outro tipo de apoio.”

(VILARONGA; MENDES, 2014, p. 148 – adaptado).

Esses relatos mostram que a pressão por resultados e a lógica padronizada frequentemente silenciam o que realmente importa para o aluno com deficiência.

EXCLUSÃO INDIRETA: “CONVIDAR A FICAR EM CASA”



“Alguns participantes citaram que os alunos elegíveis da Educação Especial eram convidados a ficar em casa nos dias das avaliações, pelo receio de rebaixar os indicadores da escola...”

(MENDES; D’AFFONSECA, 2018, p. 932)

Síntese

A inclusão formal existe, mas a pedagógica é limitada. Os marcos legais garantem participação e acessibilidade operacional (tempo, leitor, apoio), mas as matrizes avaliativas (TRI, médias agregadas) permanecem homogêneas. A inclusão formal é cumprida — o aluno está lá nos dados —, mas a pedagógica é limitada: avanços não lineares não são reconhecidos, singularidades desaparecem, e o “não lugar pedagógico” se consolida.

No próximo capítulo, exploramos como ler os resultados do SAEB e SARESP à luz da API/PAEE e como o Design Universal para Aprendizagem pode ajudar a ressignificar essa lógica.

PERGUNTA PARA REFLEXÃO:

Na sua escola, os resultados do PAEE são analisados individualmente ou apenas como parte da média da turma?





Como interpretar resultados de Avaliações Externas de forma **inclusiva**

1 Evitar leitura apenas classificatória

Leitura tradicional

- foco na **média** de **proficiência**
- comparação entre escolas ou turmas
- classificação em níveis de desempenho

✓ Leitura inclusiva

- compreender resultados como **indicadores** pedagógicos
- considerar **processos** de **aprendizagem**
- analisar **trajetórias** dos estudantes

2 Identificar habilidades prioritárias

Os resultados podem indicar:

- ✓ habilidades consolidadas
- ✓ habilidades em desenvolvimento



✓ Uso pedagógico

- planejar estratégias **diversificadas**
- propor **diferentes formas** de acesso ao conteúdo
- reorganizar atividades conforme ritmos de aprendizagem

3 Considerar a diversidade da turma

Estudantes apresentam:

- diferentes **formas** de aprender
- diferentes **ritmos** de **aprendizagem**
- diferentes **trajetórias** escolares



✓ Implicação pedagógica

- **múltiplas formas** de apresentar conteúdos
- diferentes formas de participação
- diferentes **formas** de **demonstrar** aprendizagem



4 Articular resultados com instrumentos pedagógicos

A interpretação dos dados deve dialogar com:

- ✓ planejamento pedagógico
- ✓ avaliações internas
- ✓ Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE)
- ✓ Avaliação Pedagógica Inicial (API)



Resultados de avaliações externas devem ser compreendidos como instrumentos de diagnóstico pedagógico e não apenas como mecanismos de classificação.

CAPÍTULO 3

PRÁXIS E INTERPRETAÇÃO: LEITURA DOS RESULTADOS À LUZ DA API/PAEE E ESTRATÉGIAS DUA

O IDEB (nacional) e o IQEM (estadual paulista) são indicadores sintéticos que combinam desempenho médio nas provas externas (SAEB/SARESP) com fluxo escolar (aprovação). Como o cálculo é agregado e não desagregado por grupos específicos, o resultado final da escola reflete, na prática, principalmente o desempenho médio dos alunos sem deficiência — aqueles que respondem às provas em condições mais próximas das expectativas padronizadas da TRI (Teoria de Resposta ao Item).

Estudantes público da Educação Especial (PAEE), especialmente com deficiência intelectual ou TEA, participam formalmente e são contabilizados na média (Cartilha SAEB 2025; Resolução SEDUC nº 109/2025, Art. 1º), mas suas respostas — muitas vezes com apoio intensivo, conforme cotidiano escolar ou aleatórias — não são separadas nem ponderadas. Isso significa que um aluno com dificuldade significativa pode “puxar para baixo” o indicador da escola sem que isso gere reflexão pedagógica sobre suas necessidades reais. O índice não revela se a escola é inclusiva; ele mede, sobretudo, o desempenho homogêneo da turma majoritária.

Portal do IDEB (INEP)

 **LINK**



Portal SARESP (SEDUC-SP):

 **LINK**



**Cartilha SAEB 2025 (explicação
sobre o aluno elegível da
Educação Especial:**

 **LINK**



COMO LER OS RESULTADOS SEM INVISIBILIZAR O ALUNO ELEGÍVEL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL



Os resultados do SAEB e SARESP chegam às escolas em forma de tabelas, escalas de proficiência e médias agregadas. Para o professor regente ou do AEE, a primeira reação costuma ser: “Meu aluno está abaixo do básico de novo...”. Mas essa leitura isolada inviabiliza trajetórias reais. A chave é não ler o resultado oficial sozinho. Ele deve ser cruzado com dois instrumentos que já existem na escola: a Avaliação Pedagógica Inicial (API) e o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE). Esses documentos registram o ponto de partida e os avanços do aluno em dimensões que o SAEB/SARESP não captam: autonomia funcional, comunicação alternativa, habilidades socioemocionais, estratégias compensatórias.

- Acesse o boletim individual e coletivo;
- Compare com o contexto socioeconômico da turma;
- Identifique alunos elegíveis da Educação Especial nos dados;
- Discuta em HTPC: o que os números dizem sobre inclusão?
- Planeje intervenções personalizadas

LER SEM INVISIBILIZAR SIGNIFICA PERGUNTAR:

O que o número não mostra?
Qual avanço aconteceu que não cabe na régua da TRI?
Como transformar o resultado em ponto de partida para o planejamento?



PAPEL DA API E DO PAEE COMO “CONTRA-PROVA” PEDAGÓGICA

A API e o PAEE funcionam como contra-prova pedagógica ao resultado oficial:

- **API (Avaliação Pedagógica Inicial):** mapeia o ponto de chegada do aluno no início do ano, considerando barreiras, suportes necessários e potencialidades. É o “antes”.
- **PAEE (Plano de Atendimento Educacional Especializado):** registra os objetivos individualizados, estratégias, avanços e ajustes ao longo do ano. É o “durante” e o “depois”.

Quando o resultado do SAEB/SARESP chega “abaixo do básico”, a API/PAEE servem como evidência de que o aluno pode ter progredido em outras dimensões.

Exemplo: aluno com deficiência intelectual que no início do ano não se comunicava verbalmente, mas no final do ano usa prancha de comunicação alternativa para expressar necessidades básicas. Esse avanço não aparece na prova, mas está no PAEE.

A contra-prova pedagógica permite dizer: “Sim, o aluno está abaixo do básico na escala nacional, mas avançou X% em autonomia comunicativa em relação ao ponto de partida”. Isso devolve dignidade à trajetória e orienta o planejamento.



PRINCÍPIOS DO DUA (CAST, 2018)

Múltiplos meios de representação.

Múltiplos meios de ação e expressão.

Múltiplos meios de engajamento.

Estratégias práticas

- Devolutiva formativa: cruzar nível de proficiência com avanços no PAEE.
- Planejamento colaborativo: HTPC com foco em adaptações substantivas.
- Exemplos reais de DUA (ver caixinhas abaixo).

Caixinha DUA na prática – Matemática 5º ano – Aluno com DI leve

- Representação: problema + imagem + pictogramas + leitura em voz alta.
- Ação e Expressão: resolve com blocos, marca apontando na prancha.
- Engajamento: usa balas do lanche como contexto + reforço imediato.

Caixinha DUA na prática – Língua Portuguesa 8º ano – Aluna com TEA

- Representação: vídeo propaganda + transcrição simplificada + imagens destacadas.
- Ação e Expressão: responde por áudio gravado ou desenho.
- Engajamento: escolhe propaganda favorita + meta curta.



Como o DUA pode ajudar na interpretação pedagógica dos resultados das avaliações externas?



Avaliações externas fornecem dados importantes sobre a educação, mas interpretar esses resultados de forma pedagógica é essencial para favorecer a **inclusão e equidade**.

1

Avaliações externas fornecem indicadores importantes.



- medem habilidades essenciais
- produzem dados educacionais
- mostram áreas que precisam de atenção



2

Interpretar resultados de forma pedagógica favorece a **inclusão**.



Analisar dados educacionais

- escolhas nas atividades
- participação



Planejar intervenções pedagógicas inclusivas

- uso de imagens, vídeos, exemplos concretos, recursos digitais



Analisar dados educacionais

- pouco frônos grupo



Criar oportunidades diversificadas de aprendizagem

- apresentações orais
- textos, mapas conceituais, projetos

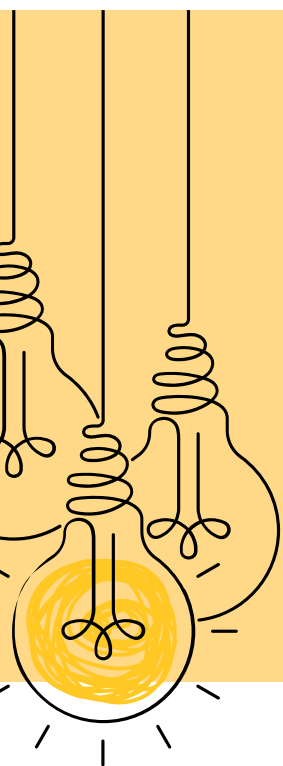


O **Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)** orienta práticas pedagógicas mais flexíveis para atender a diversidade de estudantes.

Avaliação Externa × DUA × Inclusão

 Avaliação Externa	 Desenho Universal para Aprendizagem (DUA)	 Inclusão Educacional
Avaliações padronizadas aplicadas em larga escala	Planejamento curricular que considera a diversidade desde o início	Garantia de acesso, participação e aprendizagem
Produzem indicadores de desempenho educacional	Propõe múltiplas formas de ensinar, aprender e demonstrar conhecimento	Busca eliminar barreiras à aprendizagem
Baseadas em matrizes comuns e comparabilidade	Baseado em três princípios: Engajamento, Representação, Ação e Expressão	Reconhece que estudantes aprendem de formas diferentes
Podem revelar desigualdades educacionais	Propõe flexibilização pedagógica	Exige adaptação de práticas pedagógicas
Nem sempre captam trajetórias não lineares de aprendizagem	Valoriza caminhos diversos para chegar ao conhecimento	Promove equidade e justiça educacional

A articulação entre **avaliações externas**, princípios do DUA e práticas inclusivas permite **interpretar resultados** educacionais considerando a diversidade das trajetórias de aprendizagem.

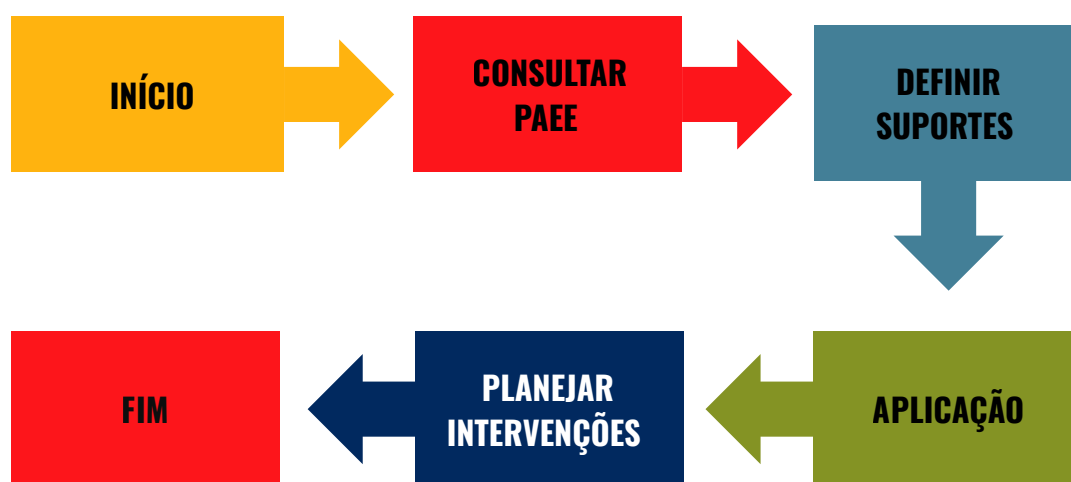


A API/PAEE e o DUA são as lentes que permitem ver o que a TRI não vê. Transformam dados em prática inclusiva.

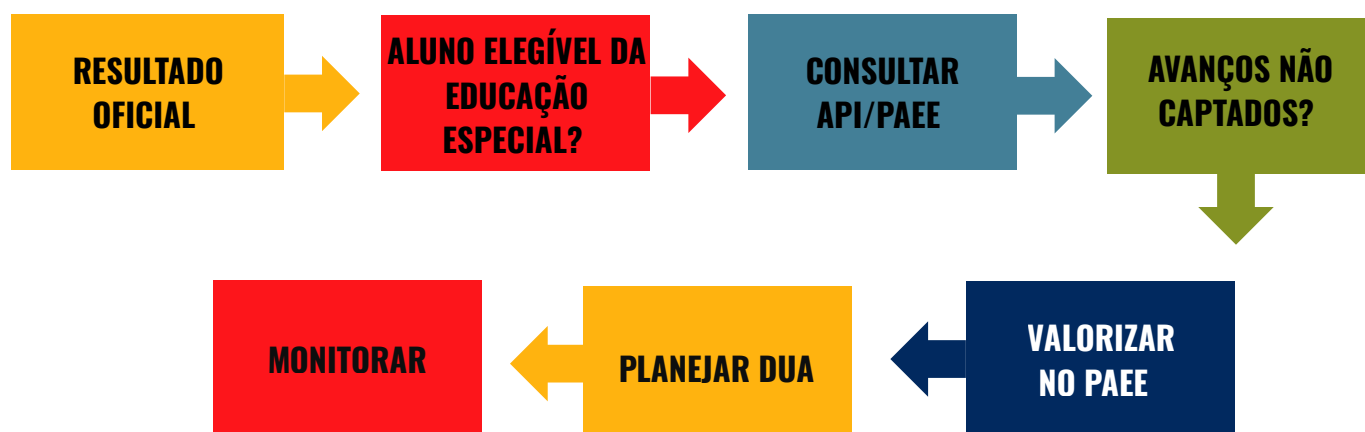
CAPÍTULO 4

FERRAMENTAS PARA A ESCOLA: FLUXOGRAMAS, CHECK-LISTS E ADAPTAÇÕES

Fluxograma 1: Participação do aluno elegível da Educação Especial no SAEB/SARESP



Fluxograma 2: Interpretação pedagógica do resultado



Check-list: Acessibilidade real na aplicação

- Minha escola tem PAEE atualizado?
- Os resultados são discutidos coletivamente?
- Há adaptações avaliativas no cotidiano?
- Usamos DUA nas aulas?



EXEMPLOS DE ADAPTAÇÃO

Princípios Fundamentais das Adaptações

-  **Equidade:** Assegurar igualdade de condições, respeitando as especificidades de cada estudante.
-  **Acessibilidade:** Garantir que todos tenham acesso ao conteúdo, aos instrumentos e aos ambientes de avaliação.
-  **Flexibilidade:** Permitir alterações nos processos de aplicação, tempo e formato, conforme a necessidade.

Adaptações Gerais Recomendadas

Instrumentos de Avaliação

-  **Provas ampliadas:** Fontes maiores, com contraste adequado.
-  **Provas em braille:** Para estudantes com cegueira.
-  **Leitura em voz alta:** Quando necessário, com a ajuda de um leitor.
-  **Provas em áudio:** Arquivos de áudio contendo todas as instruções e questões.
-  **Linguagem simplificada:** Sem alterar o conteúdo pedagógico, mas adequando a estrutura textual.

Ambiente de Aplicação

-  Ambientes tranquilos e livres de distrações.
-  **Mesas adaptadas:** Para cadeirantes ou estudantes com limitações motoras.
-  **Tecnologias assistivas:** Como computadores com leitores de tela ou softwares de comunicação alternativa.

Tempo de Prova

-  **Ampliação do tempo:** Conforme a necessidade, podendo ser até o dobro do tempo regular.
-  **Intervalos adicionais:** Para descanso, hidratação ou necessidades fisiológicas.

Adaptações Específicas por Deficiência

Deficiência Visual

-  Provas em braile, fonte ampliada ou áudio.
-  Uso de soroban, reglete e punção, ou outros recursos.
-  Auxílio de leitores ou transcritores.

Deficiência Auditiva

-  Instruções em Língua Brasileira de Sinais (Libras).
-  Apoio de intérprete de Libras.
-  Materiais escritos claros e objetivos.

Deficiência Física

-  Adequação do espaço físico.
-  Uso de dispositivos de apoio: órteses, próteses, cadeira de rodas.
-  Auxílio de transcritores, se necessário.

Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro Autista (TEA)

-  Linguagem simples e direta.
-  Provas fracionadas em blocos menores.
-  Uso de pictogramas ou outros recursos visuais de apoio.

Normativas Legais que Embasam as Adaptações

-  Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).
-  Decreto nº 6.949/2009 – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
-  Resoluções e orientações do Inep sobre acessibilidade nas avaliações externas.
-  Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Princípios de inclusão e equidade.

Boas Práticas na Aplicação de Avaliações Externas

-  Realizar levantamento prévio das necessidades dos estudantes.
-  Garantir formação continuada para aplicadores e professores.
-  Dialogar com a família e equipe multidisciplinar.
-  Garantir confidencialidade e respeito à privacidade.
-  Monitorar e avaliar continuamente a eficácia das adaptações.

Exemplos de Avaliações com Adaptações

-  **Exemplo 1: Prova de Matemática para estudante com deficiência visual.**
 - Prova em braile.
 - Uso de soroban para resolução.
 - Auxílio de transcritor para respostas.
-  **Exemplo 2: Prova de Língua Portuguesa para estudante surdo.**
 - Aplicação com intérprete de Libras.
 - Instruções complementares em Libras.
 - Textos com estrutura gramatical simplificada.

Desafios e Perspectivas

- Superar barreiras atitudinais.
- Investir em tecnologia assistiva.
- Garantir políticas públicas sustentáveis.
- Fomentar a cultura da inclusão educacional.

As adaptações nas avaliações externas são essenciais para assegurar o direito de todos os estudantes à educação plena e significativa. É responsabilidade de todos — educadores, gestores, famílias e sociedade — promover práticas que respeitem e acolham a diversidade.



Exemplos de como pensar os limites de adaptação nas avaliações externas



Adaptam o modo de administrar a prova, **mas não** mudam o conteúdo que está sendo medido, apenas reduzem barreiras de acesso.



Adaptações que ampliam o acesso, mas não alteram o que é avaliado

Adaptam o modo de administrar a prova, mas não mudam o conteúdo que está sendo

- ✓ tempo adicional
- ✓ leitura feita por um aplicador
- ✓ letra ampliada
- ✓ aplicação em sala separada



Permite a participação da avaliação em condições mais acessíveis, preservando critérios de comparação.



Adaptações que podem alterar o que esta sendo medido

Alteram o que está sendo medido, o que impacta a comparabilidade dos resultados.

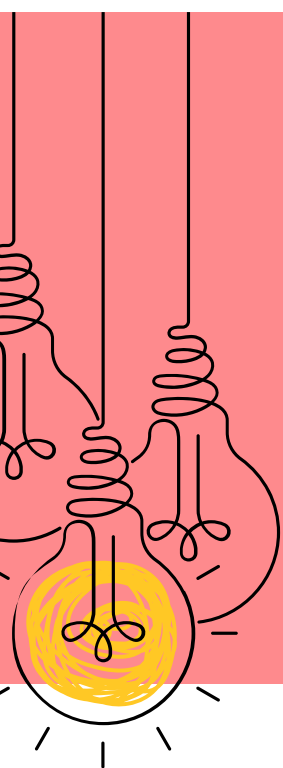


⚠ **simplificação** excessiva da linguagem

⚠ **troca de itens** por atividades diferentes

⚠ **redução significativa** do número de questões

⚠ **mudança do conteúdo** avaliado



Essas ferramentas organizam o que já existe na escola (API, PAEE, DUA) para dar visibilidade ao que os números silenciam. Transformam o “não lugar pedagógico” em lugar de reconhecimento e ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As avaliações externas garantem participação do aluno elegível da Educação Especial, mas a lógica padronizada limita o reconhecimento pedagógico das trajetórias diferenciadas.

O conceito de “não lugar pedagógico” revela essa contradição: presença institucional sem reconhecimento efetivo.

Este e-book propõe ressignificação: usar API/PAEE como contra-prova e DUA como caminho prático.

A inclusão não se completa com a participação na prova. Ela se completa quando o aluno é visto como sujeito de direitos e aprendizagem singular.

A prática possível começa agora.

Ticiane Andréa da Silva
Fevereiro de 2026



REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. **Educação, globalização e novas políticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão. Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 2025. Política Nacional de Educação Especial Inclusiva**. Brasília: Presidência da República, 2025.

CAPELLINI, Vera Lúcia. Adaptações curriculares na escola inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 1, p. 45-60, 2018.

CAST. **Universal Design for Learning Guidelines version 2.2**. Wakefield: CAST, 2018. Disponível em: <<http://udlguidelines.cast.org>>. Acesso em: 23 fev. 2026.

DUBET, François. **O que é justiça social?** Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

INEP. **Cartilha SAEB 2025**. Brasília: INEP, 2025. Disponível em: <<https://download.inep.gov.br/...>>.

JUNQUEIRA, Juliana; GASPARETTO, Maria Elisabete. Avaliação em larga escala e educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 29, e20230012, 2023.

MENDES, Enicéia Gonçalves; D’AFFONSECA, Sabrina Mazo. Avaliação dos estudantes público-alvo da educação especial. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 63, p. 923-938, 2018.

SEDUC-SP. **Resolução SEDUC nº 109, de 29 de julho de 2025**. São Paulo: SEDUC-SP, 2025.